



**Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil**

COMUNICADO TÉCNICO

Acordo político fragiliza aquicultura e pesca

Quando comparada às cadeias produtivas das outras carnes – de frango, suína e bovina – a aquicultura e a pesca apresentam um diferencial: a vida peregrina. A cadeia teve sua primeira representatividade como Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP), criada em 2003. Foi transformado em Ministério pela lei nº 11.958 de 26 de junho de 2009 que, e em outubro de 2015, foi extinto e incorporado como uma Secretaria no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Agora, em março de 2017, a aquicultura e pesca foram transferidas para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços– MDIC.

Apesar disso, a aquicultura é a cadeia de proteína de origem animal que vem apresentando os maiores índices de crescimento de consumo e produção. No entanto, esta instabilidade gera descontinuidade e atraso na implementação de ações importantes para o setor e cria mais estrangulamentos à estruturação da cadeia da aquicultura e pesca no País. Muitos marcos regulatórios são obsoletos, falta segurança jurídica aos investidores, há carência de assistência técnica, insuficiência de pacotes tecnológicos e dificuldade de acesso ao crédito. Esta desestruturação corrobora para os problemas encontrados no setor, entre eles:

- Dificuldade para regularizar a atividade (licenciamento ambiental, outorga de água, cessão de uso de água públicas etc).
- Elevado custo de produção, alto valor dos produtores no varejo e oferta insuficiente.
- Número insuficiente de indústrias de processamento.
- Lenta expansão da atividade.

Dessa forma, fica claro que os setores da aquicultura e pesca precisam do apoio dos poderes Executivo e Legislativo e de estabilidade institucional para conseguir materializar o real potencial de crescimento e desenvolvimento que tem.

No entanto, hoje, 14 de março, foi publicado no Diário Oficial da União, seção 1, o Decreto nº 9.004, que transfere a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Tal mudança é resultado de questões meramente políticas, sem fundamentação técnica ou prévio diálogo com os setores afetados. A aquicultura e pesca brasileira viraram moeda de troca, objeto de disputa política em busca de fortalecimento partidário e, como sempre, a corda arrebenta do lado mais fraco, o aquicultor e o pescador brasileiro sofrerão as consequências dessa “guerra”.

Os setores ficarão à deriva. Todos os processos que eram de atribuição da Secretaria de Aquicultura e Pesca, mas que dependiam de outros setores do MAPA, serão comprometidos. Como terão acesso e voz ativa na definição das políticas de crédito e seguro rural, de competência exclusiva do MAPA, se forem “largados” em outro Ministério? Se esses setores já sofrem hoje com grande dificuldade de acesso a essas políticas públicas, não queremos imaginar como será daqui para frente. Um setor sem crédito é um setor que não cresce, que não se desenvolve.

Relatórios internacionais já apontaram o Brasil como grande fornecedor de pescado para o mundo em 2030 e esse crescimento será baseado, principalmente, no aumento do cultivo em tanques-rede, mas como ficará a Cessão de Uso de Águas da União nessa tempestade? A competência da gestão foi para o MDIC, mas os corpos técnico e jurídico especializados estão no MAPA.

Além de toda a problemática apontada, temos a questão sanitária que vem se destacando no setor. A defesa agropecuária é de competência do MAPA, mas a sanidade pesqueira e aquícola foi transferida para o MDIC. Qual a capacidade técnica do MDIC em resolver assuntos sanitários nacionais e internacionais? Ainda, o Brasil será o único país signatário da OIE a ter duas representações quanto ao tema de sanidade aquícola, e isso vai na contra mão na política sanitária internacional. Seremos um ponto fora da curva.

A nosso ver, esses setores deveriam permanecer no MAPA, que é a “casa” de todas as cadeias produtivas, tanto animal quanto vegetal. Lá estão os especialistas de

cada área, trânsito nacional e internacional, fomento, inspeção, acesso a mercados, não fazendo sentido qualquer cadeia produtiva da agropecuária estar vinculada a outro ministério que não o MAPA.

No momento, são necessárias medidas urgentes e organizadas para reverter essa transferência. Os setores precisam unir forças e buscar apoio de lideranças políticas com consciência e discernimento para lutar a favor do produtor brasileiro, sem o qual o nosso país nunca expressará a pleno o seu verdadeiro potencial produtivo e econômico reconhecido internacionalmente no segmento do pescado.